



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

RELATO DE EXPERIÊNCIA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA JUVENTUDE CAMPONESA GOIANA

Curso técnico em agropecuária na modalidade da pedagogia da alternância

José Weselli de Sá Andrade¹ (PQ)*, Orlando Costa Pina Filho² (PG), Rogério Antonio Mauro³ (PQ), André Luiz Silveira⁴ (PG), Leniany Patrícia Moreira⁵ (PG), Luiz Henrique Gomes de Moura⁶ (PG).

¹ Engº Agrônomo, Dsc. Prof. Ens. Básico, Tec. Tecnológico, I. F. Goiano Campus Rio Verde GO
jose.andrade@ifgoiano.edu.br

² Engº Agrônomo, Pós-Graduando Dsc. Ciências Agrárias, I.F. Goiano Campus Rio Verde, Rio Verde – GO

³ Engº Agrônomo, Msc. Prof. Ens. Básico, Tec. Tecnológico, I. F. Goiano Campus Rio Verde, Rio Verde – GO

⁴ Engº Agrônomo, Pós-Graduando Dsc. Agronomia Universidade Federal de Goiás - UFG – Goiânia GO

⁵ Tecnóloga em Agroecologia, Pós-Graduação Universidade Federal de Goiás - UFG – Goiânia GO

⁶ Engº Agrônomo, Pós-Graduando Dsc. Agronomia Universidade de Brasília UNB – Brasília DF

RESUMO A saída em massa da juventude do campo acaba por inviabilizar o desenvolvimento das unidades produtivas camponesas. Sem o vigor da juventude, a reprodução social do campesinato encontra-se comprometida. O projeto buscou trabalhar com um grupo social mais atingido pelo êxodo rural contemporâneo, a juventude das comunidades tradicionais e dos assentamentos no estado de Goiás. O projeto objetivou promover uma articulação entre a qualificação da juventude por meio da realização de um Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade da pedagogia da alternância, com ênfases em agroecologia. A formação foi organizada em tempos diferenciados, alternando em períodos, sendo Tempo Escola (TE) onde os educandos tiveram aulas teóricas e práticas realizadas nas dependências do IF Goiano Campus Rio Verde, e o Tempo Comunidade (TC), período em que os educandos realizaram o diagnóstico crítico da realidade comunitária onde vivem. O projeto considerou a legislação vigente para o ensino técnico com carga horária de 2.190 horas, distribuídas em TE (cinco etapas) com total de 1.462 horas, e TC (cinco etapas) com total de 728 horas de atividades pedagógicas e desenvolvimento territorial. Ao final da última etapa do TE os alunos foram encaminhados para o estágio obrigatório com carga horária de 250 horas. O trabalho com este grupo social ao mesmo tempo que criou condições de vida digna para os jovens, potencializou as comunidades onde estão inseridos atualmente, com práticas agrícolas firmadas na agroecologia, na produção de alimentos saudáveis, na agroindustrialização e na comercialização.

Palavras-chave: Agricultura. Agroecologia. Ensino. Extensão. Qualificação.

INTRODUÇÃO

A população camponesa no Brasil tem expressiva quantidade, conforme afirma Hackbart (2008), “No Brasil, os assentamentos correspondem a 56% da área que compreende o conjunto dos territórios camponeses, isso representa 123 milhões de hectares” (p.13). Fato que justifica a necessidade e a importância de assegurar o direito à educação escolar em todos os níveis para o jovem, a mulher, o homem e a família que vive e sobrevive no campo.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

No estado de Goiás há atualmente um contingente total de 355 assentamentos¹ de reforma agrária, neles existe um potencial humano e juvenil muito grande. São jovens assentados ou filhos de assentados, que vivenciaram a luta de suas famílias pela conquista da terra, e que hoje convivem com a realidade de um campo que ainda não oferece as condições necessárias para garantir a permanência na terra conquistada, e o desenvolvimento pleno, expresso na melhoria das condições de vida, tendo na atividade agrícola seu propulsor.

A realidade distinta, mas similar, também é vivenciada pela juventude camponesa tradicional situadas em territórios das várias regiões do estado. Essas comunidades foram historicamente negadas pela ação do estado, devido ao investimento na estruturação da Revolução Verde e recentemente, do agronegócio. Apesar disto, são essas unidades que ainda produzem parcela significativa do alimento no estado, especialmente hortaliças, leite, carne, feijão, mandioca, arroz e frutas.

A saída em massa da juventude do campo acaba por inviabilizar o desenvolvimento das unidades produtivas camponesas. Sem força de trabalho familiar, a tendência é que os pais, que normalmente continuam no campo, se sujeitem a uma matriz tecnológica que depende de menos força de trabalho, com a utilização de mecanização pesada, sementes híbridas ou transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos.

Sem o vigor da juventude, a reprodução social do campesinato se encontra comprometida. Ao mesmo tempo, a juventude camponesa, ao ser utilizada como mão de obra no agronegócio e na cidade, também se torna inviabilizada. Os altíssimos índices de assassinato de jovens, as insuportáveis condições de vida na cidade, e o avanço consistente do consumo de drogas que causa alto impacto na saúde dos usuários, escancaram o projeto de morte que aguarda esses futuros cidadãos.

Goiás é um dos polos dinâmicos do agronegócio, da mineração e da construção civil no Brasil. O estágio atual da ganância ampliada do capital deixa claro seus interesses em utilizar a juventude como força de trabalho barata com descarte de homens e mulheres acima de 40 anos. É nesse sentido que entendemos a centralidade do processo educacional, que tem como pressupostos básicos, “o acesso aos meios pelos quais lhes permitam conhecer os complexos processos de

¹ Há em Goiás, 355 assentamentos, com 22,533 famílias distribuídas em uma área de: 876,695. Fonte: DALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2007.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

conhecimento, embutidos nos processos de produção econômica, política e cultural” (Oliveira e Santos, 2008, p.17).

O processo educativo nessa perspectiva é considerado por Freire (2005), como uma “Educação Bancária”. Nesta visão, a educação é um veículo, um instrumento usado em favor de quem quer dominar, ou seja, tem a função de preparar os educandos para uma melhor adequação à sociedade de classes. Na lógica da educação bancária não há preocupação em transformar a realidade e a situação de opressão, mas a intenção é conservar a sociedade tal qual se encontra.

Quanto mais disciplina e transmissão de saberes se fazem, teremos mais equilíbrio e controle, pois, uma massa de pessoas desinformadas e sem condições de lutarem por melhores condições de trabalho, favorece a dominação. Entretanto, em se tratando dos povos do campo², esta educação bancária não lhes serve, nem atende às suas perspectivas de vida, conforme afirma Freire (2005).

Simplesmente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial quase umbilicalmente ligado ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, [...] impor-lhes um modelo de homem, contido no programa cujos conteúdos nós mesmos organizamos p.97.

Para um curso que atendeu às pessoas que moram no campo, buscou-se a contribuição metodológicas das Diretrizes Operacionais³, pois a escola do campo “é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade”. E ainda que as atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas podem ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos. Nesse sentido a metodologia que foi utilizada no curso de técnico em agropecuária teve como princípio a Pedagogia da Alternância.

A pedagogia por alternância, conforme é estabelecido pelo artigo 23 da LDB (Lei 9394/1996), é uma forma de organização da educação básica, portanto uma forma de organização educacional escolar. A alternância como estratégia e alternativa de formação no meio rural é uma pedagogia que surgiu em 1937 no sul da França para oportunizar o estudo de jovens agricultores e

² “Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural... Quer-se ajudar a construir escola do campo, ou seja, escola com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (Kolling, et al, 1999. 26.29).

³ As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo foram instituída pela resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

hoje está presente no mundo inteiro. Atualmente no Brasil, há aproximadamente 225 escolas em funcionamento vinculadas à União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB).

Deste modo, nossa intenção neste projeto foi promover um processo educativo intrinsecamente ligado aos interesses, aos saberes, ao desenvolvimento sociocultural, ambiental e econômico dos sujeitos que vivem e sobrevivem no campo. Uma educação no campo e do campo, conforme explica Caldart “[...] o povo tem direito a ser educado no lugar onde vivem; o povo tem direito a uma educação pensada no seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (2004, p.150).

O projeto objetivou promover uma articulação entre a qualificação da juventude e a dinamização das comunidades por meio da realização de um Curso Técnico em Agropecuária, com ênfases em agroecologia, na modalidade da pedagogia da alternância, favorecendo a formação de jovens de comunidades tradicionais e assentamentos, para atuação profissional em suas comunidades.

METODOLOGIA

No curso Técnico em Agropecuária foi adotado o princípio do regime de Alternância, por isso a formação foi organizada em espaços e tempos diferenciados, alternando períodos em Tempo Escola (TE) e períodos em Tempo Comunidade (TC) voltado para a realidade vivida pelo educando, havendo uma constante interação entre o TE e o TC, ou seja, a realidade sociocultural, ambiental econômica e familiar.

As atividades de ensino durante o TE foram realizadas no Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde, o qual contribuiu com 90% do quadro de docentes do curso. Os educandos tiveram aulas teóricas e práticas, participaram de vários aprendizados, como, organização para realizar atividades, avaliação do processo e participação no planejamento das atividades.

No TC ocorreu o momento de intervenção na realidade, onde os alunos realizaram atividades como: i) diagnóstico crítico da realidade, ii) planejamento comunitário de intervenção nas linhas da agroecologia, beneficiamento e comercialização da produção. Também foi o momento de articulação dos educandos com grupos de jovens e de mulheres da comunidade inseridas.

A carga horária do projeto considerou a legislação vigente para o ensino técnico e teve um total de 2.190 horas, que foram distribuídas da seguinte forma: TE - cinco etapas com 36 dias letivos na forma presencial com 8 horas/aulas diárias, que correspondeu a um total de 1.462 horas; TC - cinco etapas com 70 dias cada, em que os alunos cumpriram o total de 728 horas de atividades pedagógicas e desenvolvimento territorial.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

O fundamental durante o processo educativo da pedagogia da alternância foi planejar os tempos para que se tornassem educativos. O TE foi estruturado em diversos tempos de aprendizagem onde os alunos desenvolveram diversas atividades como: a) Tempo aula - as aulas foram realizadas com base nas áreas temáticas do currículo do curso técnico em agropecuária. b) Tempo leitura - tempo destinado para as leituras e estudos dirigidos individuais, orientados pela coordenação e educadores do curso e teve como objetivo construir o conhecimento e desenvolver o hábito de leitura, de pesquisa e de aprofundamento intelectual. c) Tempo trabalho - tempo destinado ao desenvolvimento das habilidades a fim de contribuir para o espírito coletivo e a responsabilidade nas atividades necessárias ao bem estar da comunidade. d) Tempo oficina e seminário - destinado ao aprendizado, desenvolvimento de habilidades específicas, capacitação técnica, debates, socialização da aprendizagem, palestras e avaliações das atividades realizadas. e) Tempo reflexão escrita - destinado ao registro das vivências e experiências que cada educando extraiu do processo educativo do curso. f) Tempo cultura e lazer - foi planejado coletivamente e correspondeu a realização das atividades culturais, esportivas, teatrais, visitas de intercâmbios. g) Tempo de pesquisa e investigação – teve a finalidade em contribuir para que os educandos pudessem exercitar a pesquisa e a investigação científica nas unidades de produção pertencentes ao curso no IF Goiano.

A formação no TC contemplou atividades que foram desenvolvidas nas famílias e comunidades a partir da problematização e necessidades apontadas pela experiência, investigação, dos estudos e pesquisas realizadas em sala de aula e na interação dos educandos nas suas comunidades. Dessa forma a formação se deu de forma integral, onde o estudante foi suscitado a valorizar a sua vivência e aprofundar nas áreas do conhecimento científico, por meio de ação, reflexão e a iniciativa de intervenção, contribuindo para a transformação do seu meio.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto “Formação profissional e mobilização comunitária da juventude camponesa goiana” foi uma parceria entre CNPq, INCRA (Pronera), MDA, Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Camponês Popular (MCP). Buscou trabalhar com um grupo social mais atingido pelo êxodo rural contemporâneo, a juventude das comunidades tradicionais e dos assentamentos no estado de Goiás.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

O trabalho realizado com este grupo social criou condições de vida digna para os vinte jovens que concluíram todo o curso. Potencializou as comunidades onde eles estão inseridos, com a oferta de mão-de-obra técnica de qualidade. Proporcionou aos jovens técnicos, a abertura e o interesse ao desenvolvimento de tecnologias e práticas endógenas, firmadas na agroecologia, na produção de alimentos saudáveis, na agroindustrialização e na comercialização cooperada.

O projeto promoveu uma articulação entre a qualificação dos jovens e a dinamização das comunidades por meio da realização do Curso Técnico em Agropecuária, que deu ênfase no processo de produção agroecológica e agroindustrial. O princípio da alternância garantiu a presença dos estudantes em tempos escola (período de internato de quarenta e dois dias), onde participaram de processos intensivos de ensino teórico e prático no Instituto Federal Goiano Campus de Rio Verde.

O presente método possibilitou também a continuidade da formação prática, com trabalhos estabelecidos pelos professores para serem realizados durante os TC. Durante o tempo comunidade os alunos colocaram em prática o que foi abordado durante o TE, adequando à realidade do ambiente local onde vivem com seus familiares.

Durante o processo de seleção, foram aprovados 50 (cinquenta) candidatos de diversas regiões do estado de Goiás e de outro estado como do Piauí. Da totalidade selecionada, apenas 64% compareceram para efetuar a matrícula, 33 (trinta e três), alunos. Este total cursou a primeira etapa do tempo escola. Porém já na segunda etapa, esta quantidade de alunos foi reduzida para 25 (vinte e cinco), isto é, 50% do total classificado para o curso.

Os educandos mantiveram sua própria organicidade, com o objetivo de solucionarem os possíveis problemas da turma. Tudo isso com o acompanhamento da coordenação pedagógica do curso. A organicidade se deu a partir da organização dos núcleos de base, onde participaram cerca de cinco educandos. Cada núcleo teve seus coordenadores, e esses coordenadores constituíram a coordenação da turma. Em cada núcleo teve os responsáveis pelas equipes de saúde, esporte, lazer e secretaria.

As aulas teóricas e práticas foram ministradas no Instituto Federal Goiano Campus de Rio Verde. Houve várias excursões técnicas com visitas a propriedades e feiras tecnológicas de divulgação de resultados de científicos. Os alunos também participaram de eventos culturais e atividades esportivas no Campus do I. F. Goiano, buscando a integração com as turmas dos cursos técnicos e superior. As aulas foram realizadas 08h00min às 18h00min, de segunda a sábado, com intervalos necessários para as refeições e descanso.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

A ETAPA I - foi iniciada dia 20 de julho e encerrada em 28 de agosto de 2015 perfazendo um total de 40 dias. Nesta etapa foram ministradas onze disciplinas em diferentes áreas do conhecimento como: ciências exatas, ciências biológicas, ciências econômicas e ciências humanas. Estas disciplinas totalizaram 414 horas aulas, sendo que, 28% destas foram aplicadas para serem executadas durante o TC através de trabalhos práticos abrangendo a realidade da comunidade.

A ETAPA II do TE foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2015 com total de 39 dias. Durante a segunda etapa foram ministradas oito disciplinas em diferentes áreas voltadas para conhecimento técnico agropecuário: Mecanização agrícola, Avicultura, Olericultura, Topografia, Estágio supervisionado I, Economia política II, Educação popular e Métodos de pesquisa. Estas disciplinas totalizaram 252 horas aulas, deste total, 89 horas aulas foram aplicadas para serem executadas durante o TC, através de trabalhos práticos.

A ETAPA III do TE foi realizada nos meses de março e abril de 2016 em 48 dias. Do total de 25 alunos que ficaram até a segunda etapa, quatro desistiram e não retornaram para esta etapa. foram ministradas oito disciplinas em diferentes áreas do conhecimento da ciência exata, da ciência biológica e da ciência econômica como: Grandes culturas, Silvicultura, Suinocultura, Cooperativismo, Construções e instalações rurais, Zootecnia geral, Irrigação e drenagem, Informática, totalizando 424 horas aulas, sendo que, 21,7% destas horas foram aplicadas para serem executadas durante o Tempo Comunidade, através de trabalhos práticos abrangendo a realidade da comunidade.

ETAPA IV - foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2016, em 47 dias. Foram ministradas nove disciplinas em diferentes áreas voltadas para conhecimento técnico agropecuário sendo: Fruticultura, Extensão rural e associativismo, Agroecologia II, Administração rural, Métodos de pesquisa, Projetos agropecuários, Práticas agroecológicas, Comercialização e mercado, Produção animal com enfoque agroecológico, totalizando 381 horas aulas, deste total, 27% foram aplicadas para serem executadas durante o Tempo Comunidade.

A ETAPA V - teve início dia 14 de novembro com término dia 28 de dezembro de 2016. Foram ministradas sete disciplinas em diferentes áreas: Grandes Culturas II, Agroindústria, Forragicultura, Sistemas Agroflorestais, Bovinocultura II, Caprino e Ovinocultura, Elementos Fundamentais da Cooperação, totalizando 346 horas aulas. Deste total, 24,8% foram aplicadas durante o tempo comunidade, através de trabalhos práticos abrangendo a realidade da comunidade.

RESULTADOS



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

Ao fim do curso, 20 (vinte) alunos foram qualificados como profissionais técnicos em agropecuária, capazes de executarem atividades em comunidades de assentamentos e ou comunidades tradicionais, tendo como base os princípios da agroecologia e agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo M. *A Educação Básica e o movimento social do campo. Por uma educação básica do campo*. BrasíliaDF, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Resolução CNE/CEB N. 1, de 3 de Abril de 2002. MEC, Brasília, 2003.

CALDART, R., S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.G.; MOLINA, M. C. (org.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1996. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. São Paulo: Paz e terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. **Coleção leitura**, p. 21, 2005.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da agroecologia. In: Aquino, A. M.; Assis, R. L. (Editores técnicos). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. EMBRAPA – Brasília – DF. 2005.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

HACKBART, Rolf. Apresentação. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Campo – Políticas Públicas – Educação**, v. 7, Brasília, INCRA; MDA, 2008 - (Coleção Por uma Educação Básica do Campo).

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. *Por Uma Educação Básica do Campo*. Vol. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999, 98p.

BRASIL. MEC (Ministério da Educação), Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Lei nº. 9.394 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC (Ministério da Educação), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios*. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2 ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.